

tácito e explícito e contribuindo com seu melhor, para o alcance de objetivos comuns

- comprometimento: engajamento com os objetivos do trabalho que realiza e ser capaz de traçar estratégias para atendê-las, bem como aperfeiçoá-las;
- conhecer competências que estão sendo exigidas para o desempenho das funções para qual concorre;
- capacidade de inovar e socializar o conhecimento e a experiência profissional;
- comunicar-se de maneira eficaz e eficiente;
- capacidade de disposição para alcançar os resultados desejados, com o menor gasto de tempo e recursos, considerando a ética, valores individuais, missão e visão da instituição e os fatores externos

- Disponibilidade para cumprir plantões no Pronto Socorro
- ter capacidade de desenvolver atividades didáticas
- ter capacidade de desenvolver pesquisas

3. - REQUISITOS DESEJÁVEIS

- Conhecimento avançado em Neurocirurgia de Emergência incluindo métodos de Neuromonitoração
- Experiência em ensino de residentes e estudantes de graduação e extensão universitária
- 4. - ATRIBUIÇÕES:
 - Execução de cirurgias cerebrais e de coluna vertebral
 - Atendimento médico especializado na unidade de emergência
 - Atendimento ambulatorial e de pacientes internados
 - Presença efetiva em plantões em dias úteis, feriados e finais de semana.
 - Cumprir plantões de Pronto Socorro em dias úteis e/ou finais de semana

5. - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

CONHECIMENTOS BÁSICOS:

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO/PORTUGUÊS: Compreensão e interpretação de textos, com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Coesão e coerência. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Princípios e Diretrizes; Programas do SUS no atendimento aos pacientes e usuários. Lei nº 8.080, Lei nº 8.142 e Decreto nº 7508/2011; conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Epidemiologia, Indicadores de nível de saúde da população, Sistema de Informação no SUS e em Saúde, Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças. Vigilância em Saúde. Processos de Trabalho em Saúde, Gestão de Sistema de Saúde. Formação e educação em saúde. A organização social e comunitária. Os Conselhos de Saúde. O Pacto pela Saúde. Educação permanente em saúde. Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de São Paulo - Lei nº 10.261/68 (Link: <http://www.recursohumanos.sp.gov.br/legislacao.html>). Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Estadual nº 58.052/2012 (Acesso à informação). Constituição do Estado de São Paulo – Título III – Da Organização do Estado - Capítulo I - Da Administração Pública – Seção I – Artigos 111 a 115; Título VII – Da Ordem Social – Capítulo II – Da Seguridade Social – Seção II – Artigos 219 a 231; Ética no serviço público; Modelos de gestão pública; Qualidade no serviço público: Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade aplicados à Administração Pública.

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA: Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office). Noções de sistema operacional (ambiente Windows). Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação: Gmail. Programa de correio eletrônico: Outlook Express. Sítios de busca e pesquisa na Internet. Redes sociais. Computação na nuvem (google drive). Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Segurança da informação: procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.). Procedimentos de backup.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO

1. - Tumores e/ou metástases do Sistema Nervoso Central
2. - Biologia Molecular do Traumatismo Cranioencefálico
3. - Contusão Cerebral Dinâmica e Estática
4. - Hipertensão Intracraniana Aguda
5. - Fisiopatologia das lesões cérebro-espinal por choque elétrico ou relâmpago
6. - Fistulas Traumáticas de Líquido Cefalorraquidiano
7. - Edema Cerebral e/ou Tumeção Cerebral
8. - Hidrocefalia Aguda
9. - Afecções Vasculares de interesse Neurocirúrgico
10. - Traumatismos Raquimedulares
11. - Neurointensivismo com Monitoração Multimodal
12. - Ferimentos Penetrantes do Sistema Nervoso central

6. BIBLIOGRAFIA:

1. - Youmans and Winn Neurological Surgery, 7th Edition, 2016
2. - Head injury, Cooper P.R.; Gollfins J.; 4ª. Edition, 2000
3. - Traumatic Brain Injury, Marion D.W.; 1999
4. - Neurotrauma, N arajan R.K., Jr. Wilberger J.F.; Povlishock J.; 1996
5. - The Spine, Rothman R.H; Simeone F. A. "Fractures and dislocations of the Spine"
6. - Andrade AF et al. Neurotraumatologia. São Paulo, editora Gen, 2015
7. ESPECIFICAÇÃO DAS PROVAS:
 - a) - PROVA ESCRITA (dissertativa) – constará de:
 1. - 05 (cinco) questões dissertativas de conhecimentos médicos específicos em NEUROCIURURGIA - valendo 17 pontos cada
 2. - 03 (três) questões dissertativas abordando os seguintes temas:
 - 01(uma) Interpretação de texto – valendo 5 pontos,
 - 01(uma) Noções de Administração Pública – valendo 5 pontos; e
 - 01(uma) Noções de Informática - valendo 5 pontos
 - b) - ESTUDO DE CASO

Serão realizados 5 (cinco) questionamentos objetivos sobre a conduta médica frente a 2 (dois) diferentes casos de emergência e urgência neurocirúrgica apresentados com imagens e dados da evolução clínicas – cada item valerá 10 pontos - totalizando 100 pontos.
8. CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS

DATA DA PROVA ESCRITA (dissertativa) e ESTUDO DE CASO Data: 20 de outubro de 2017 das 08:00 às 12:00 horas
Local: Instituto Central – 5º andar – BERILO LANGER – sala 05

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 255 - Cerqueira César – São Paulo - SP

O CURRÍCULUM VITAE E DOCUMENTAÇÃO (FOTOCOPIAS DOS DOCUMENTOS) DEVERÃO SER ENTREGUES pelos candidatos à Banca Examinadora no DIA DAS PROVAS, em envelope fechado e identificado externamente.

OS CANDIDATOS DEVERÃO COMPARECER AO LOCAL DAS PROVAS, PELO MENOS 30(trinta) MINUTOS ANTES DO HORÁRIO DETERMINADO, MUNIDOS DE UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, entre outros); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público;

carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159º da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 1997).

Aos candidatos, não será permitido durante a realização das provas o uso de: bip, telefone celular, tablets, iPods®, walkman, pen drive, agenda eletrônica, mp3 player ou similar, notebook, palmtop, receptor ou transmissor de dados, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, que cubra as orelhas do candidato.

Será excluído do certame o candidato que durante a realização das provas for surpreendido em comunicação com outro, verbalmente ou por qualquer outra forma, bem como utilizando-se de livros ou apontamentos e impressos.

NÃO HAVERÁ SEGUNDA CHAMADA OU REPETIÇÃO DE PROVAS, SEJA QUAL FOR O MOTIVO ALEGADO PARA JUSTIFICAR O ATRASO OU A AUSÊNCIA DO CANDIDATO.

ANEXO III

Dos Títulos
Pontuação máxima de 30 pontos
A análise dos títulos é composta por pontuação de títulos relacionados à formação e experiência profissional do candidato.

Não serão aceitos títulos que não guardem relação com as atribuições do cargo ou função-atividade em disputa.

ESQUEMA DE VALORIZAÇÃO DOS TÍTULOS:

- TÍTULO DE DOUTOR na área de formação ou em área afim, concluído até a data da apresentação dos títulos – 11 pontos - máximo 11 pontos

- TÍTULO DE MESTRE na área de formação ou área afim, concluído até a data a apresentação dos títulos – 4 pontos - máximo 4 pontos

- PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU (especialização) na área de formação ou em área afim, com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data da apresentação dos títulos – 1 ponto - máximo 1 ponto

- CURSO DE APERFEIÇOAMENTO na área de formação ou em área afim, com carga horária mínima de 160 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos – 1 ponto - máximo 1 pontos

- TRABALHOS PUBLICADOS nos últimos 6 (seis) anos – 1 ponto por trabalho - máximo de 5 pontos

- PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS nos últimos 6 (seis) anos - 0,5 ponto por evento – máximo 2 pontos

- TEMPO DE EXPERIÊNCIA em NEUROCIURURGIA DE EMERGÊNCIA – 1 (hum) ponto para cada 5 (cinco) anos – máximo de 3 pontos

- EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ENSINO – 1 (hum) ponto para cada 5 (cinco) anos – máximo de 3 pontos

ANEXO IV

Declaração para tratamento nominal

Os campos deverão ser preenchidos pelo Candidato, conforme Decreto nº 55.588 de 17/03/2010 (tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo)

Concurso Público - Edital HCFMUSP nº. 11/2017-CCP
DECLARAÇÃO PARA TRATAMENTO NOMINAL
(DECRETO Nº 55.588, DE 17/03/10)

Eu, _____

(nome que consta no RG)

CPF nº _____ / RG nº _____ / UF emissor: _____

_____, declaro, nos termos do Artigo 2º, do Decreto nº 55.588, de 17/03/10, que sou identificad(a)o, reconhecida(o) e denominada(o) em minha inserção social pelo prenome de _____, de modo que solicito a inclusão e uso deste nome social em todas as fases do concurso público/processo seletivo simplificado para o qual estou me candidatando, conforme ficha de inscrição anexa, devendo ser o único prenome a constar em toda e qualquer publicação referente a este certame.

(Cidade/UF) _____ de _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) Candidato(a)
Ao assinar este requerimento, o(a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação.

As informações aqui prestadas, são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que poderá responder judicialmente em caso de apresentação de dados comprovadamente falsos. Esse requerimento deverá ser enviado para o endereço eletrônico contato@quadrix.org.br até as 18 horas do último dia de inscrições do concurso. Não serão consideradas solicitações extemporâneas.

ANEXO V

Das condições específicas e ajudas técnicas disponíveis aos candidatos com deficiência

As seguintes condições específicas e ajudas técnicas poderão ser disponibilizadas aos candidatos com deficiência, na medida da sua necessidade, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

- Ao candidato com deficiência visual:
 - Prova impressa em Braille;
 - Prova impressa em caracteres ampliados, indicando o tamanho da fonte;
 - Fiscal Ledor, com leitura fluente, devendo, nesta situação, a prova ser gravada em áudio;
 - Utilização de computador com software de leitura de tela e ou ampliação de tela, devendo o candidato indicar um dentre os relacionados a seguir:
 - * Lente de aumento do Windows (ampliação);
 - * Narrador do Windows (leitor de tela).
- Ao candidato com deficiência auditiva:
 - Fiscal Intérprete de LIBRAS, nos termos da Lei nº 12.319, de 01/09/2010, nos casos de prova oral, devendo, neste caso, a prova ser gravada em vídeo. No caso de impossibilidade da gravação, esta deverá ser justificada pela Comissão de Concursos Públicos;
 - Autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação da Comissão de Concursos Públicos, com a finalidade de garantir a lisura do concurso.
- Ao candidato com deficiência física:
 - Mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova;
 - Designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova e transcrição das respostas;
 - Facilidade de acesso às salas de provas e às demais instalações relacionadas ao certame.

ANEXO VI

Requerimento de isenção/redução de taxa de inscrição Concurso Público - Edital HCFMUSP nº. 11/2017-CCP

Nome completo: _____
CPF nº _____, RG nº _____

_____, UF emissor: _____, Data de nascimento: _____

Função-Atividade: _____
Endereço: _____
Número: _____ Complemento: _____

Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____

Telefone: (____) _____
Celular: (____) _____

E-mail: _____

Declaro que me enquadro na situação a seguir: Lei Estadual nº 12.147/05 / Lei Estadual nº 12.782/07 (Cidade/UF) _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) Candidato(a)

A documentação necessária para a solicitação da isenção/redução da taxa de inscrição deve ser entregue no período de 12 a 13/09/2017, de acordo com informações dispostas no item 14 ou no item 15 do Capítulo III.

Ao assinar este requerimento, o(a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação, por ocasião da realização da análise documental comprobatória.

As informações aqui prestadas, bem como a documentação que deverá acompanhar esta declaração, são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que poderá responder judicialmente em caso de apresentação de dados comprovadamente falsos.

PROTOCOLO DE ENTREGA PRESENCIAL (via do candidato)
Atestamos que recebemos a documentação, do candidato relacionado abaixo, referente à SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO/REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público - Edital HCFMUSP nº. 11/2017-CCP.

É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento do requerimento de entrega e a conferência dos documentos.

Nome do candidato: _____
CPF do candidato: - Data de entrega: _____ / _____ / _____

Nome do recebedor: _____
Assinatura do recebedor: _____
ANEXO VII
Do Cronograma

* Dados prováveis de realização. Qualquer alteração no cronograma será divulgada por meio de comunicado oficial no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>

ITEM - ATIVIDADE - DATAS PROVÁVEIS *
01 - Publicação do edital normativo - 07/09/2017
02 - Período de inscrições - 12/09/2017 a 01/10/2017
03 - Período para solicitação de isenção/redução de taxas de inscrição - 12/09/2017 a 13/09/2017

04 - Período para solicitação de candidatos com deficiência/atendimento especial - 12/09/2017 a 01/10/2017
05 - Publicação do resultado preliminar da análise das solicitações de isenção/redução de taxa de inscrição - 21/09/2017
06 - Prazo para interposição de recurso contra o resultado das solicitações de isenção/redução de taxa de inscrição - 22/09/2017 a 26/09/2017

07 - Publicação do resultado definitivo da análise das solicitações de isenção/redução de taxa de inscrição/candidatos com deficiência/atendimento especial - 29/09/2017
08 - Último dia para pagamento da taxa de inscrição - 02/10/2017

09 - Publicação do resultado preliminar da análise das solicitações de candidatos com deficiência/atendimento especial - 04/10/2017
10 - Prazo para interposição de recurso contra o resultado das solicitações de candidatos com deficiência/atendimento especial - 05/10 a 09/10/2017

11 - Publicação dos editais de locais de Prova Escrita / Estudo de Caso/ inscrições homologadas / candidatos com deficiência – deferidos e indeferidos / solicitação de atendimentos especiais – deferidos e indeferidos - 11/10/2017
12 - Disponibilização do comprovante de inscrição no site oficial do INSTITUTO QUADRIX - 11/10/2017

13 - Aplicação das Provas Escrita, Estudo de Caso e entrega dos Títulos - 20/10/2017
14 - Prazo para interposição de recurso contra a aplicação das Provas - 23/10/2017 a 25/10/2017

15 - DATA PREVISTA para Publicação do Resultado das Provas Escrita e Estudo de Caso e Títulos - 31/10/2017
16 - PRAZO PREVISTO para interposição de revisão de notas contra a Prova Escrita, Estudo de Caso e Títulos - 01/11/2017 a 06/11/2017

17 - DATA PREVISTA para Publicação do Resultado Final - 14/11/2017

Secretaria de Estado da Saúde
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP

Comissão de Concursos Públicos – CCP
CONCURSO PÚBLICO: MÉDICO I
Edital HCFMUSP nº. 12/2017-CCP
ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP por meio da Comissão de Concursos Públicos, instituída mediante Portaria HCFMUSP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 06 de dezembro de 2014, Seção I, página 57, e nos termos do Decreto nº 60.449, de 15 de maio de 2014, torna pública a abertura de inscrições e a realização do concurso público para preenchimento de 01 (uma) função-atividade de MÉDICO I para o CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSLACIONAL EM ONCOLOGIA – LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO MÉDICA 24 – LIM 24, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais, contidas no presente edital.

Inscrições Especiais
I - Disposições preliminares

1 - A realização do presente concurso foi autorizada conforme despacho do senhor Governador do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado, seção I, página 10, em 13/05/2017, de acordo com o que estabelece o artigo 3º do Decreto nº 60.449, de 15 de maio de 2014.

2 - As publicações referentes ao presente concurso poderão ser acompanhadas por meio do Portal de Concursos Públicos do Estado (<http://www.concursospublico.sp.gov.br>) e dos sites da Imprensa Oficial (<http://www.imprensaoficial.com.br>), do HCFMUSP (<http://www.hc.fm.usp.br>) e do INSTITUTO QUADRIX (<http://www.quadrix.org.br>).

3 - O candidato aprovado será admitido na função-atividade de MÉDICO I nos termos do artigo 19, inciso I da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, e será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

4 - As informações relativas a função-atividade, especialidades, leis complementares que os regem, jornadas de trabalho, número de vagas, valores das taxas de inscrição e vencimentos estão estabelecidas no Anexo I.

5 - As informações relativas aos pré-requisitos para ingresso função-atividade, perfil profissional, atribuições, conteúdo programático e duração da prova constam no Anexo II.

II - Dos pré-requisitos
1 - O candidato, sob as penas da lei, assume cumprir as exigências abaixo discriminadas, na data da admissão, em atendimento à CLT, e suas alterações:

a) ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;

b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

c) possuir os pré-requisitos e a formação necessários para exercer a função-atividade, conforme mencionado no Anexo II;

d) estar quite com a Justiça Eleitoral;

e) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

f) possuir cópia da última declaração de Imposto de Renda entregue à Secretaria da Receita Federal, ou declaração pública de bens;

g) se do sexo masculino, estar em dia com as obrigações do serviço militar, entre 1º de janeiro do ano em que completar 19 (dezenove) e 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos de idade, observado o disposto no artigo 210 do Decreto Federal nº 57.654, de 20/01/1966;

h) apresentar Carteira de Trabalho;

i) conhecer as exigências contidas neste edital e estar de acordo com elas; e

j) não ter sido demitido a bem do serviço público e/ou com justa causa do serviço público federal, estadual e/ou municipal em consequência de processo administrativo.

2 - A apresentação de todos os documentos comprobatórios das condições exigidas no item anterior será feita por ocasião da CONVOCAÇÃO PARA ANUÊNCIA/ ADMISSÃO, conforme estabelecido nos Capítulos XIV e XV.

3 - A não apresentação dos documentos ou a não comprovação da respectiva autenticidade, conforme solicitado no item anterior, implicará a eliminação do candidato.

III - Das inscrições
1 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e anexos que o acompanham, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 - O deferimento da inscrição, através de ato publicado no Diário Oficial do Estado (www.imprensaoficial.com.br) e disponibilizado nos sites descritos no item 2 do Capítulo I, dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e o pagamento da respectiva taxa, ou isenção de taxa, dentro do período determinado neste edital.

3 - O candidato terá a sua inscrição indeferida, mediante ato publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado nos sites descritos no item 2 do Capítulo I, quando:

a) efetuar pagamento em valor menor do que o estabelecido;

b) efetuar pagamento fora do período estabelecido para inscrição;

c) preencher a ficha de inscrição de modo indevido;

d) não atender as condições estipuladas neste edital.

4 - O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição e responsabilizar-se pelas informações prestadas na ficha de inscrição, podendo o HCFMUSP e/ou o INSTITUTO QUADRIX excluir do concurso público aquele que a preencher com dados incorretos, bem como prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

5 - Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.1 - O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados, localizados em qualquer agência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e dos correios, ou na Receita Federal, em tempo hábil, isto é, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

6 - As inscrições deverão ser realizadas somente pela Internet, no site <http://www.quadrix.org.br>, no período das 10 horas de 12 de setembro de 2017 às 23 horas de 1º de outubro de 2017.

7 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

a) acessar o site <http://www.quadrix.org.br>;

b) localizar no site o link correlato ao concurso público;

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher a ficha de inscrição, total e corretamente;

d) efetivar sua inscrição, imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento do valor correspondente da taxa de inscrição, até a data limite para o encerramento das inscrições, de acordo com as instruções constantes do item 10 e seguintes deste Capítulo.

8 - Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do "nome social" para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio, conforme mencionado no Anexo IV.

9 - O descumprimento das instruções para inscrição pela Internet implicará o indeferimento da inscrição.

10 - O valor da taxa de inscrição de R\$ 82,73 (oitenta e dois reais e setenta e três centavos), pode ser pago em qualquer agência bancária, bem como nas lotéricas e outros estabelecimentos, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários, utilizando somente o boleto bancário gerado no ato da inscrição, até a data de 02/10/2017, sendo certo que:

a) a inscrição por pagamento em cheque somente será considerada efetivada após a respectiva compensação;

b) não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pelos correios, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional, fora do período das inscrições ou por qualquer outro meio que não os especificados neste edital; e

c) o agendamento do pagamento do valor da taxa de inscrição só será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período das inscrições.

11 - Todos os boletos para o pagamento da taxa de inscrição gerados no sistema de inscrição contém a linha digitável (código de barras) iniciando com a seguinte sequência: 03399.21488

11.1 - As inscrições e/ou pagamentos que não forem identificados devido a erro do candidato na informação de dados do referido boleto não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores em relação a isso.

11.2 - O candidato poderá se inscrever em mais de um CONCURSO, entretanto, deverá verificar as datas e horários das provas, pois poderão ser realizadas no mesmo dia e horário.

11.3 - É vedada a transferência do valor paga a título de taxa para terceiros, para outros concursos ou para outra função-atividade.

12 - Às 23h01 (vinte e três horas e um minuto) do dia 01/10/2017, a ficha de inscrição não estará mais disponível no site.

12.1 - Estará disponível até o dia 02/10/2017 a opção de impressão do boleto bancário, para pagamento.

13 - Não haverá devolução da taxa de inscrição, ainda que efetuada a mais ou em duplicidade. Em caso da não realização do concurso público, somente, neste caso, o INSTITUTO QUADRIX será responsável pela devolução dos valores pagos;

14 - Dos procedimentos para solicitação de ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

14.1 - Serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição, nos casos em que o candidato comprovar ser doador de sangue, nos termos da Lei nº 12.147, de 12 de dezembro de 2005.

14.1.1 - Para ter direito à isenção de taxa, o candidato deverá atender as condições estabelecidas no subitem 14.1 e apresentar a seguinte documentação:

a) Documento expedido pelas entidades coletoras, comprovando as doações de sangue, realizadas em órgãos oficiais ou entidades credenciadas pela União, pelos Estados ou por Municípios. Devem ter sido realizadas ao menos 3 (três) doações em um período de 12 (doze) meses; e

b) Requerimento de isenção de taxa de inscrição, conforme modelo disponível no Anexo VI.

14.1.2 - O candidato deverá imprimir o requerimento de isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição, preencher corretamente, assinar a declaração, segundo a qual, sob as penas da lei, assumirá conhecer as exigências

14.1.3 - O candidato deverá entregar a documentação pessoalmente, ou por terceiro (mediante procuração simples), entre os dias 12/09/2017 a 13/09/2017, no período entre 10 e 17 horas, em dias úteis, no seguinte local: Central de Atendimento do INSTITUTO QUADRIX, sito à Rua Traipu, 221 – Pacaembu – São Paulo - SP

14.1.4 - Não serão considerados os documentos encaminhados por outra via que não seja a especificada no item anterior.

15 - Dos procedimentos para solicitação de REDUÇÃO de 50% (cinquenta por cento) do VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO

15.1 - Serão aceitos pedidos de redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa de inscrição, nos casos em que o candidato se enquadrar nos termos da Lei nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007,

15.1.1 - Para ter direito à redução da taxa, o candidato deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:

a) seja estudante, regularmente matriculado em uma das séries do ensino médio, curso pré-vestibular ou curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação; e

b) perceba remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos, ou esteja desempregado.

15.1.2 - Para ter direito à redução de taxa, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Certidão ou declaração expedida por instituição de ensino público ou privado, comprovando a sua condição de estudante ou Carteira de identidade de estudante ou documento similar, expedido por instituição de ensino público ou privado, ou por entidade de representação de estudantes;

b) Comprovante oficial de renda, especificando perceber remuneração mensal inferior a 02 (dois) salários mínimos OU declaração, por escrito, da condição de desempregado; e

c) Requerimento de redução de taxa de inscrição, conforme modelo disponível no Anexo VI.

15.1.3 - Candidatos interessados em requerer a inscrição nos termos do item 14 deste Capítulo deverão entregar a documentação pessoalmente, ou por terceiro (mediante procuração simples), entre os dias 12/09/2017 a 13/09/2017, no período entre 10 e 17 horas, em dias úteis, no seguinte local: Central de Atendimento do INSTITUTO QUADRIX, sito à Rua Traipu, 221 – Pacaembu – São Paulo - SP

15.1.4 - Não serão considerados os documentos encaminhados por outra via que não seja a especificada no item anterior.

16 - Da análise dos pedidos de isenção e redução da taxa de inscrição

16.1 - O INSTITUTO QUADRIX analisará os pedidos entregues em tempo hábil, se manifestando quanto ao deferimento ou indeferimento.

16.2 - Após a análise dos pedidos de isenção e redução do valor da taxa de inscrição, a Comissão de Concursos Públicos publicará e disponibilizará nos sites descritos no item 2 do Capítulo I, a relação dos pedidos deferidos e indeferidos, observados os motivos dos indeferimentos.

16.3 - O candidato disporá de três dias úteis a partir da divulgação da relação citada no item anterior para contestar o indeferimento, por meio de recurso, devendo proceder conforme exposto no Capítulo IX.

16.4 - O deferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição não representa a inscrição no concurso, mas apenas a garantia da concessão do benefício.

16.5 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção ou redução do valor da taxa de inscrição, deferidos deverão realizar sua inscrição dentro do período estabelecido neste Capítulo, como única forma de garantir sua participação no concurso.

16.6 - No caso de a solicitação ser indeferida, o candidato deverá proceder sua inscrição com o valor da taxa integral, dentro do período e horário de recebimento das inscrições.

17 - A Comissão de Concursos Públicos e/ou o INSTITUTO QUADRIX, a qualquer tempo, poderá realizar diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não o pedido apresentado em requerimento.

18 - O HCFMUSP, a Comissão de Concursos Públicos e o INSTITUTO QUADRIX eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para participação em qualquer das etapas do concurso.

19 - Não serão aceitas as solicitações de isenção ou redução de taxa de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.

20 - Dos procedimentos para solicitação de atendimentos especial (condições específicas e ajudas técnicas)

20.1 - O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas conforme Anexo V deste edital (prova adaptada, ajudas técnicas, sala acessível, mobiliário específico ou similares), deverá:

a) acessar o endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br> dentro do prazo de inscrições e, no ato da inscrição, indicar/descrever os recursos necessários, de acordo com as instruções contidas no sistema e preencher corretamente os respectivos campos solicitados; e

b) enviar, via upload, cópia legível, do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) emitido nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 12 (doze) meses nas demais situações, que deve atestar a espécie e o grau de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que justifique o atendimento especial solicitado, bem como conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM.

20.1.1 - O candidato que não cumprir a exigência do item anterior ou que enviar a documentação incompleta ou ilegível, seja qual for o motivo alegado, não terá a condição atendida.

20.1.2 - A documentação indicada no subitem 20.1 deste Capítulo deverá ser enviada em arquivo com extensão "GIF", "PNG", "JPEG" ou "PDF" e com tamanho de até 100KB.

20.1.3 - A solicitação realizada após o período constante da alínea "a" do subitem 20.1 deste Capítulo será indeferida, salvo nos casos de força maior.

20.1.4 - O candidato deverá manter aos seus cuidados a declaração constante da alínea "b" do subitem 20.1 deste Capítulo.

20.1.5 - O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato. O INSTITUTO QUADRIX não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

20.1.6 - Caso seja solicitado pelo INSTITUTO QUADRIX, o candidato deverá enviar a referida declaração por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

20.2 - O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá, além de cumprir as formalidades do subitem 20.1 deste Capítulo, apresentar, em seu laudo médico, justificativa da necessidade de tempo adicional emitida por especialista da área de sua deficiência, conforme prevê o § 2º do artigo 40 do Decreto nº 3.298/99, e suas alterações.

20.2.1 - O candidato que não apresentar o laudo médico com a justificativa para concessão do tempo adicional e o candidato cujo médico atestar que não necessita desse tempo terão o pedido indeferido.

20.3 - O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

20.4 - A Comissão de Concursos Públicos publicará, na data provável de 03/10/2017, nos sites descritos no item 2 do Capítulo I, o deferimento ou indeferimento da solicitação do candidato, bem como para informá-lo sobre a decisão em formato acessível.

20.5 - O candidato disporá de três dias a partir da divulgação da relação do item anterior para contestar o indeferimento, por meio de recurso, devendo proceder conforme exposto no Capítulo IX.

20.6 - Portadores de doenças infectocontagiosas ou pessoas acidentadas que não tiverem comunicado sua condição à unidade, por sua inexistência na data-limite, deverão fazê-lo tão logo venham a ser acometidos, devendo os candidatos nesta situação se identificar também ao fiscal e/ou Banca Examinadora, munidos de laudo médico, quando da realização das provas, tendo direito a atendimento especial.

20.7 - O candidato que for amparado pela Lei nº 10.826/03 e necessitar realizar a prova armado deverá fazer a opção na solicitação de inscrição e apresentar Certificado de Registro de Arma de Fogo ou Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

20.7.1 - Os candidatos que não forem amparados pela Lei nº 10.826/03 não poderão portar armas no ambiente de provas.

21 - Dos procedimentos para candidata lactante

21.1 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá fazer a opção na solicitação de inscrição e apresentar certidão de nascimento da criança (caso a criança ainda não tenha nascido até o período de encerramento de inscrições, a cópia da certidão de nascimento poderá ser substituída por documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento).

21.1.1 - A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

21.1.2 - A candidata, nesta condição, que não levar acompanhante, não realizará a prova, pois, a BANCA EXAMINADORA não disponibilizará acompanhante para a guarda de criança.

21.1.3 - Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

21.1.4 - Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

21.1.5 - Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

IV - Da participação dos candidatos com deficiência

1 - Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição para os empregos públicos do concurso público cujas atribuições sejam compatíveis com suas deficiências.

2 - O candidato com deficiência concorrerá às vagas existentes e às que vierem a ser oferecidas durante o prazo de validade do concurso, sendo reservado o percentual de 5% destas no presente concurso público, nos termos da legislação mencionada no item 1.

2.1 - O percentual de vagas definido no item 2 deste Capítulo que não for preenchido por inexistência ou reprovação de candidatos com deficiência, no concurso ou na perícia médica, será preenchido pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.

3 - Para fins deste concurso público, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

4 - Não há impedimento legal à inscrição ou ao exercício da função-atividade quanto à utilização de material tecnológico ou habitual.

5 - As pessoas com deficiência participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao dia, horário de início e local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.

6 - Para efetivar a inscrição o candidato com deficiência deverá efetuar os procedimentos gerais estabelecidos no Capítulo III e entregar documentação conforme item 8 deste Capítulo.

7 - O candidato com deficiência deverá declarar, na ficha de inscrição, o tipo de deficiência, e se necessita de condições especiais ou ajudas técnicas para submeter-se às provas, especificando-as.

7.1 - O Anexo V deste edital prevê as condições específicas e ajudas técnicas que poderão ser disponibilizadas aos candidatos. Aqueles que não as solicitarem terão seus direitos exauridos quanto à sua utilização.

7.2 - Em atendimento ao § 4º, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, o tempo para a realização de provas a que serão submetidos os candidatos com deficiência poderá ser diferente daquele previsto para os candidatos considerados normais, levando-se em conta o grau de dificuldade para a leitura e escrita em Braille, bem como o grau de dificuldade provocado por outras modalidades de deficiência.

7.3 - O pedido fundamentado de tempo adicional para realização de provas deverá ser acompanhado de justificativa médica, cabendo ao INSTITUTO QUADRIX deliberar a respeito.

7.3.1 - O atendimento de condições específicas ou ajudas técnicas não previstas neste edital ficará sujeita à análise da razoabilidade do pedido.

8 - Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá:

a) acessar o endereço eletrônico <https://concursos.quadrix.org.br>, dentro do prazo de inscrições e, no ato da inscrição, declarar se com deficiência, de acordo com as instruções contidas no sistema e preencher corretamente os respectivos campos solicitados; e

b) enviar, via upload, cópia, legível, laudo médico, emitido nos últimos 24 meses, quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 12 meses nas demais situações, que deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), bem como conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM.

8.1 - O candidato que não enviar a documentação por meio do link a que se refere o item anterior ou que enviar a documentação incompleta ou sem assinar não terá o seu pedido de solicitação de vaga para PCD deferido.

8.2 - A documentação indicada no item 8 deste Capítulo deverá ser enviada em arquivos com extensão ".GIF", ".PNG", ".JPEG" ou ".PDF" e com tamanho de até 100KB.

8.3 - A solicitação realizada após o período constante da alínea "a" do item 8 deste Capítulo será indeferida, salvo nos casos de força maior.

8.4 - O candidato deverá manter aos seus cuidados a declaração constante da alínea "b" do item 8 deste Capítulo.

8.5 - O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato. O INSTITUTO QUADRIX não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

8.6 - Caso seja solicitado pelo INSTITUTO QUADRIX, o candidato deverá enviar a referida declaração por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

9 - A Comissão de Concursos Públicos publicará, na data provável de 03/10/2017, nos sites descritos no item 2 do Capítulo I, o deferimento ou indeferimento da solicitação do candidato, bem como para informá-lo sobre a decisão em formato acessível.

10 - O candidato disporá de três dias úteis a partir da divulgação da relação citada no item anterior para contestar o indeferimento, por meio de recurso, devendo proceder conforme exposto no Capítulo IX.

11 - O candidato que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, ou não enviar documentação conforme item 8 deste Capítulo, perderá o direito a tratamento diferenciado no que se refere ao presente concurso público, e não poderá impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

12 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Capítulo, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

13 - No prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação das listas de classificação, os candidatos com deficiência aprovados deverão submeter-se à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função-atividade, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992.

13.1 - A perícia será realizada pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT do HCFMUSP por especialistas nas áreas de deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias contados do respectivo exame.

13.2 - Quando a perícia concluir pela inaptidão do candidato, constituir-se-á, no prazo de 5 (cinco) dias, junta médica para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.

13.2.1 - A indicação de profissional pelo interessado deverá ser feita no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência do laudo a que se refere o subitem 13.1 deste Capítulo.

13.3 - A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame.

13.4 - Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica.

14 - Realizada a perícia médica mencionada no item 13, o laudo será disponibilizado ao Setor de Admissão de Núcleo de Gestão de Pessoas do HCFMUSP.

15 - Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função-atividade postulado, o candidato será eliminado do certame.

16 - Será eliminado da lista especial o candidato cuja deficiência não se fizer constatada na forma do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, devendo permanecer apenas na lista geral de classificação.

17 - A não observância pelo candidato de quaisquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser admitido para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

V - Da participação de estrangeiros

1 - Somente poderão ser admitidos nos empregos públicos os estrangeiros que preencham os requisitos para naturalização, e os estrangeiros de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.

2 - Para inscrição no concurso público, será exigido dos candidatos estrangeiros o documento oficial de identificação (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE).

2.1 - Concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do Estatuto de Igualdade, após a admissão, deverá o servidor apresentar, para registro, o documento de identidade de modelo igual ao dos brasileiros natos, com as anotações pertinentes.

3 - O estrangeiro que:

3.1 - se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da admissão, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;

3.2 - se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da admissão, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram; e

3.3 - tem nacionalidade portuguesa, deve comprovar, no momento da admissão, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19 de setembro de 2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

VI - Da Banca Examinadora

1 - As provas e a avaliação dos títulos serão realizadas por Banca Examinadora, constituída por três membros, sendo que a Presidência da Banca Examinadora cabe ao que tiver maior titulação universitária:

a) - Professor da Disciplina ou Diretor da Divisão ou seu substituto legal;

b) - Médico Indicado pelo Conselho Diretor do Instituto; e

c) - Médico Indicado pelo Diretor Clínico.

2 - Não poderá integrar a Banca Examinadora, o profissional que:

a) - tenha relação de parentesco até terceiro grau, inclusive por afinidade, com algum dos candidatos inscritos no concurso (art. 134, V, do Código de Processos Civil, art. 18, II da Lei no. 9784/99 e Edital do Ministério Público);

b) - seja cônjuge ou companheiro de algum candidato (art. 134, V, do Código de Processos Civil, art. 18, II da Lei no. 9784/99 e Edital do Ministério Público);

c) - seja amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos candidatos (art. 135, I, do Código de Processos Civil, art. 20, da Lei no. 9784/99 e Código de Ética da USP); e

d) - tenha vinculação funcional atual com o candidato (art. 135, V, do Código de Processos Civil e Código de Ética da USP).

3 - Compete ao indicado a compor a Banca Examinadora declarar-se impedido ou suspeito nas hipóteses elencadas no item anterior sob pena de enjear a anulação do certame, incidir em falta grave com a respectiva responsabilização funcional.

VII - Das provas

1 - O concurso público constará das seguintes provas:

a) - ESCRITA (dissertativa e objetiva);

b) - ESTUDO DE CASO; e

c) - AVALIAÇÃO DE TÍTULOS - CONFORME CAPÍTULO VIII

2 - As provas constarão de questões, que versarão sobre o programa correspondente, constante no Anexo II deste edital.

2.1 - A prova escrita (dissertativa e objetiva) e estudo de caso serão avaliados na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

2.2 - A ESPECIFICAÇÃO DAS PROVAS estão descritas no Anexo II deste edital.

3 - As provas serão realizadas na cidade de São Paulo/SP, com data prevista para os dias 19/10/2017 e 20/10/2017 - conforme Anexo II, e os candidatos serão convocados por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado (www.imprensaoficial.com.br), e disponibilizados nos sites descritos no item 2 do Capítulo I.

4 - A aplicação das provas nas datas previstas dependerá da disponibilidade de local adequado à sua realização e à acomodação de todos os candidatos inscritos.

4.1 - A aplicação das provas será de responsabilidade da Banca Examinadora.

5 - Divulgação dos locais de provas

5.1 - Na data prevista de 11/10/2017 serão divulgados os locais de prova e o comprovante definitivo de inscrição, que conterá as informações de dia, horário, local e sala de prova.

5.2 - A partir do dia 11/10/2017 o candidato deverá, obrigatoriamente, acessar o endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br> para verificar seu local de provas, por meio de busca individual, devendo, para tanto, informar os dados solicitados.

5.3 - É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

5.4 - O INSTITUTO QUADRIX poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu endereço de correio eletrônico correto no formulário de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o edital de convocação a ser publicado.

5.5 - O INSTITUTO QUADRIX não enviará correspondência ao endereço dos candidatos informando os locais de aplicação de provas.

5.6 - Em caso de não confirmação de inscrição, o candidato deverá entrar em contato com o INSTITUTO QUADRIX por meio do telefone (11) 3198-0000 ou por e-mail (contato@quadrix.org.br).

5.7 - O comprovante definitivo de inscrição terá a informação do local e do horário de realização das provas, o que não desobriga o candidato do dever de observar o edital de convocação a ser publicado nos sites descritos no item 2 do Capítulo I.

5.8 - O candidato não poderá alegar desconhecimento do local da prova objetiva como justificativa de sua ausência. O candidato que não comparecer ao seu local de prova, qualquer que seja o motivo, será eliminado do concurso público

6 - Os candidatos deverão chegar ao local da prova, divulgado no referido edital de convocação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o seu início, não sendo admitido o ingresso de candidatos, sob pretexto algum, após o fechamento da sala de prova.

7 - Será admitido no local da prova somente o candidato que estiver:

a) com caneta esferográfica de tinta azul ou preta; e

b) munido do original de um dos seguintes documentos oficiais, vigentes e com foto, de forma a permitir com clareza a sua identificação: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, entre outros); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159º da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 1997).

7.1 - O candidato que não apresentar um dos documentos elencados no item 7 deste Capítulo não realizará a prova escrita, sendo considerado ausente e eliminado deste concurso público.

7.2 - Não serão aceitos para efeito de identificação, por serem documentos destinados a outros fins: protocolo de requisição de documento, carteira de reservista, certidão de nascimento ou de casamento, título eleitoral, carteira nacional de habilitação emitida anteriormente à Lei nº 9.503, de 23/09/1997, carteira de estudante, crachá, identidade funcional de natureza pública ou privada ou qualquer outro que não os elencados na alínea "b" do item 7 deste Capítulo.

8 - O candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento, será submetido à identificação especial, que pode compreender coleta de dados, de assinaturas, fotografia do candidato e outros meios, a critério da BANCA EXAMINADORA.

8.1 - Na ocorrência do previsto no item 8 deste Capítulo, o candidato fará a prova condicionalmente, devendo apresentar no SERVIÇO DE SELEÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS, situado na Dr. Ovidio Pires de Campos, 225 – Prédio da Administração – 1º andar – Cerqueira Cesar – São Paulo – SP, no primeiro dia útil após a realização do certame, um dos outros documentos descritos no item 7 deste Capítulo, sob pena de eliminação do certame.

9 - Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

10 - No ato de realização da prova, serão entregues ao candidato o caderno de questões, cujas respostas deverão ser respondidas na folha utilizando-se caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

11 - Não será permitido qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos; a utilização de bip, telefone celular, tablets, iPods®, walkman, pen drive, agenda eletrônica, mp3 player ou similar, notebook, palmtop, receptor ou transmissor de dados, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapalaria, tais como chapéu, boné, gorro, que cubra as orelhas do candidato.

12 - No caso da prova objetiva, que contenha questões de múltipla escolha, o candidato deve, nas questões de múltipla escolha, assinalar apenas uma alternativa por questão na folha de respostas, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no caderno de questões.

12.1 - Os prejuízos advindos do preenchimento incorreto de qualquer campo da folha de respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

12.2 - Não serão computadas questões não assinaladas na folha de respostas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

13 - Durante a realização da prova não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

14 - Os 2 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até o término da prova.

15 - O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar ao fiscal a folha de respostas e o caderno de questões.

16 - Será excluído do concurso o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste edital:

a) apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;

b) apresentar-se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação;

c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar os documentos solicitados para a realização da prova, nos termos deste edital;

e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

f) ausentar-se definitivamente do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos de seu início;

g) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido, máquina calculadora ou similar;

h) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, relógios digitais, agenda eletrônica, notebook, tablet, receptor, gravador, smartphone ou equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

i) lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;

n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos; e

o) descumprir as normas deste edital e(ou) de outros que vierem a ser publicados.

17 - Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados por todos os candidatos antes do início da prova.

18 - Os pertences pessoais dos candidatos serão acomodados em local e forma a serem indicados pelos fiscais das salas de prova e/ou Banca Examinadora, durante todo o período de permanência no local de prova.

19 - Não haverá segunda chamada, repetição de prova ou vista de prova em hipótese alguma.

20 - No dia da realização da prova, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no edital de convocação, a Banca Examinadora procederá à inclusão do candidato, mediante a apresentação do protocolo de inscrição.

20.1 - A inclusão será realizada de forma condicional e será analisada, posteriormente, pela Comissão de Concursos Públicos do HCFMUSP, com o intuito de se verificar a sua pertinência.

20.2 - Constatada a impertinência da inclusão condicional, a inscrição será automaticamente cancelada, sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

21 - Se, após a prova, for constatado (por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico, de investigação policial ou qualquer outra forma) que o candidato utilizou processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

22 - Não haverá, sob nenhuma hipótese, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

VIII - Dos títulos e seu julgamento

1 - SOMENTE OS CANDIDATOS HABILITADOS TERÃO SEUS TÍTULOS AVALIADOS.

2 - Em nenhuma hipótese serão devolvidos aos candidatos o CURRÍCULUM VITAE e os documentos (fotocópias dos comprovantes).

3 - Os certificados, certidões ou declarações de conclusão dos cursos elencados no Anexo III, acompanhados dos históricos escolares ou diplomas, deverão ser expedidos por instituição oficial de ensino, em papel timbrado, e conter o carimbo e a identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

4 - As declarações comprobatórias de experiência profissional, elencadas no Anexo III, deverão ser emitidas em papel timbrado, contendo:

- identificação da empresa ou instituição (pública ou privada);
- especificações referentes a função-atividade, especialidade, área de atuação e período de trabalho;
- data; e
- assinatura do representante legal do setor de pessoal ou do órgão de recursos humanos ou da instituição.

4.1 - Nos casos em que o candidato desejar comprovar a experiência profissional por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social, a nomenclatura da função exercida assinalada deverá ter a mesma terminologia da função-atividade (e da especialidade/área de atuação, quando houver) descrito no edital de abertura de concurso público.

4.1.1 - Se a nomenclatura da função exercida assinalada não tiver a mesma terminologia da função-atividade utilizada no edital de abertura de concurso público, a pontuação do respectivo título ficará sujeita à análise da Banca Examinadora.

4.2 - Nos casos em que o candidato desejar comprovar experiência profissional que tenha exercido como autônomo, deve apresentar declaração ou atestado assinado por ele, informando o período e a espécie do serviço realizado, acompanhado de pelo menos um dos seguintes documentos comprobatórios:

- recibos ou comprovantes de prestação de serviços;
- comprovantes de pagamento da Previdência Social;
- comprovantes de pagamento de ISS; ou
- Recibos de Pagamento a Autônomo (RPA).

5 - No caso de títulos diferentes, referentes ao mesmo período de tempo, fica vedada a acumulação de pontos por tempo de experiência profissional.

6 - A avaliação dos títulos será feita pela Banca Examinadora.

7 - Não serão aceitos títulos após a data fixada para a apresentação.

8 - Fica vedada a pontuação de qualquer título que não preencha todas as condições previstas neste Capítulo.

9 - Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, a pontuação atribuída ao candidato será anulada e, caso comprovado dolo, o candidato será eliminado do concurso, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

IX - Dos recursos

1 - Serão admitidos recursos referentes às etapas do concurso, quanto:

- ao indeferimento do pedido de isenção ou redução do valor do pagamento da taxa de inscrição;
- ao indeferimento da solicitação de condições específicas e ajudas técnicas;
- ao indeferimento da solicitação para concorrer as vagas reservadas as pessoas com deficiência;
- à aplicação da(s) prova(s);
- às questões da(s) prova(s) e gabarito;
- ao resultado da(s) prova(s); e
- ao resultado da avaliação de títulos.

2 - O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data de ocorrência ou de publicação do resultado do respectivo evento.

3 - Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada etapa do concurso, desde que devidamente fundamentado.

4 - Para interpor recurso contra a fase citada na alínea "a" do item 1 deste Capítulo, o candidato deverá preencher o formulário a ser divulgado, conforme as instruções contidas no documento, e entregar, pessoalmente ou por terceiro, mediante procuração simples, no horário das 10 horas às 17 horas, no seguinte local: Central de Atendimento ao Candidato, sito à Rua Traipu, 221 – Pacaembu – São Paulo – SP, ou enviar por meio digital para o e-mail contato@quadrix.org.br, até a data limite estabelecida.

5 - Para interpor recurso contra as fases citadas nas alíneas "b", "c" do item 1 deste Capítulo, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>, no horário das 10 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia, ininterruptamente, e seguir as instruções ali contidas.

6 - A responsabilidade de análise dos recursos dos itens 4 e 5 será do INSTITUTO QUADRIX e a decisão do julgamento será publicada nos sites descritos no item 2 do Capítulo I.

7 - Nos casos previstos nas alíneas "d", "e", "f" e "g" do item 1 deste Capítulo, poderá ser apresentado recurso direcionado ao Superintendente do HCFMUSP.

7.1 - O REQUERIMENTO do candidato deverá ser entregue, pessoalmente, ou por terceiro (mediante procuração simples), no período entre 8 e 16 horas, em dias úteis, no seguinte local: SEÇÃO DE EXPEDIENTE DO NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS DO HCFMUSP – aos cuidados do SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO - PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º andar - Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225 - Cerqueira César – São Paulo – SP.

7.2 - O pedido de recurso interposto fora da forma definida neste Capítulo não será aceito seja qual for o motivo alegado.

7.3 - Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo, expressos em termos adequados e respeitosos, e que apontem circunstâncias que os justifiquem.

7.4 - Caberá a Comissão de Concursos Públicos do HCFMUSP analisar os recursos e se necessário solicitar Parecer Técnico a Banca Examinadora.

7.5 - O Superintendente do HCFMUSP deverá proferir decisão fundamentada sobre o assunto, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolamento do recurso.

7.6 - A decisão do julgamento será publicada no Diário Oficial do Estado e disponibilizada nos sites descritos no item 2 do Capítulo I.

7.7 - O pedido de recurso interposto fora da forma definida neste Capítulo não será aceito seja qual for o motivo alegado.

8 - Na hipótese de anulação de questões, os pontos relativos a elas serão atribuídos a todos os candidatos que prestaram a prova correspondente.

9 - O resultado das provas, divulgado nos sites descritos no item 2 do Capítulo I, poderá sofrer alterações caso ocorra a situação descrita no item anterior deste Capítulo, antes da homologação do certame.

10 - Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo a Comissão de Concursos Públicos soberana em suas decisões.

11 - Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pela Comissão de Concursos Públicos, poderá haver alterações nas publicações das etapas do concurso, antes de sua homologação.

X - Do desempate

1 - Em caso de igualdade de classificação, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- tenha maior idade (igual ou superior a 60 anos), em cumprimento à Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003, tendo preferência sobre os demais e entre si;
- obteve maior pontuação nos títulos;
- obteve maior pontuação no estudo de caso;
- tenha maior idade (até 59 anos); e
- tenha, comprovadamente, sido jurado (após 9 de junho de 2008), nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689/2008.

1.1 - Para se beneficiar do direito previsto na alínea "e" do item "1" deste Capítulo, o candidato deverá informar no ato da inscrição o fato de ter exercido a função de jurado.

1.1.1 - O candidato deve estar ciente de que no ato da CONVOCAÇÃO PARA ANUÊNCIA, deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado.

1.1.2 - Caso o candidato declare no ato da inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato da CONVOCAÇÃO PARA ANUÊNCIA, será eliminado do concurso.

2 - Permanecendo o empate, os candidatos empatados serão convocados, através de publicação em Diário Oficial do Estado e sites descritos no item 2 do Capítulo I, a comparecer à sede do HCFMUSP, para participarem de sorteio que definirá a ordem de classificação.

2.1 - O não comparecimento dos candidatos convocados ao sorteio implicará a classificação dos mesmos a critério da Comissão de Concursos Públicos, não cabendo recurso quanto a classificação estabelecida.

XI - Da classificação final

1 - Será considerado habilitado, o candidato, que obtiver nota igual ou superior a 60 pontos na média aritmética da prova escrita e estudo de caso.

2 - O resultado final será obtido somando-se a média aritmética da prova escrita e estudo de caso os pontos atribuídos aos títulos.

3 - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.

4 - Haverá duas listas de classificação: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.

XII - Da homologação

1 - A homologação do concurso dar-se-á por ato do Superintendente do HCFMUSP, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame, que serão devidamente publicadas.

2 - O concurso terá validade de 2 anos, contados a partir da data da publicação de sua homologação em Diário Oficial do Estado, prorrogável uma vez por igual período, a critério do HCFMUSP, não cabendo qualquer ato posterior.

XIII - Da escolha de vagas

1 - O Núcleo de Gestão de Pessoas por meio do Setor de Admissão, convocará os candidatos aprovados das duas listas (geral e especial) para anuência às vagas far-se-á rigorosamente por ordem de classificação, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

2 - A ordem de convocação dos candidatos com deficiência classificados no concurso público, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, se dará da seguinte forma: na 5ª (quinta) vaga, 30ª (trigésima) vaga, 50ª (quinquagésima) vaga e assim sucessivamente, a cada intervalo de 20 (vinte) admissões, durante o prazo de validade deste concurso público.

2.1 - Os candidatos com deficiência aprovados terão respeitada sua ordem de classificação na lista geral, se esta for mais benéfica do que a prevista pelo regramento disposto no item anterior.

2.2 - No caso de existir convocação nos termos do subitem 2.1 deste Capítulo, o próximo candidato da lista especial, caso haja, será convocado a ocupar somente a vaga do intervalo seguinte, dentre aquelas estabelecidas no item 2, em observância ao princípio da proporcionalidade.

3 - O candidato terá exaurido os direitos decorrentes da sua habilitação quando:

- deixar de comparecer na data, horário e local estabelecidos na convocação, seja qual for o motivo alegado; e
- não aceitar as condições estabelecidas para o exercício do a função-atividade.

XIV - Dos exames admissionais

1 - Os candidatos serão convocados para REUNIÃO DE ANUÊNCIA através de publicação do Diário Oficial do Estado, respeitada sempre a ordem rigorosa de classificação do resultado final.

2 - O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no concurso público, para efeito de ingresso quando se recusar expressamente à contratação ou deixar de atender ao disposto no item anterior.

3 - Na REUNIÃO DE ANUÊNCIA os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cédula de Identidade – RG;
- Certidão de Nascimento ou Casamento (com as respectivas averbações, se for o caso);
- Apresentar prova documental, SE exerceu a função de jurado, de conformidade com a alínea "e" do item 1 do Capítulo X; e
- Comprovantes de que possui a formação exigida para preencher a função-atividade, conforme mencionado no Anexo II.

4 - O candidato, que no ato da inscrição declarou que já exerceu a função de jurado e NÃO COMPROVÁ-LA no ATO DA CONVOCAÇÃO PARA ANUÊNCIA, SERÁ ELIMINADO DO CONCURSO PÚBLICO.

5 - Os candidatos convocados serão submetidos a exame médico a ser realizado pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT do HCFMUSP.

6 - Somente serão admitidos, os candidatos, que forem considerados aptos para o exercício da função-atividade.

XV - Da admissão

1 - As admissões ocorrerão de acordo com as necessidades do HCFMUSP, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos habilitados no concurso público.

2 - Os candidatos que forem considerados aptos pelo SESMT, serão admitidos sob o regime da CLT por prazo determinado de 90 (noventa) dias para prestar serviços essenciais ao HCFMUSP, de acordo com as escalas de serviço e dentro dos horários determinado que poderão variar entre diurno, noturno e misto ou na forma de revezamento e, após treinamento e avaliação de desempenho do período experimental de 90 (noventa) dias considerada satisfatória terão seus contratos de trabalho transformados em contrato por tempo indeterminado.

3 - O HCFMUSP reserva-se o direito de não admitir o candidato que já tenha sido seu servidor e que tenha tido seu contrato de trabalho rescindido.

4 - O candidato, para ser admitido, deverá comprovar os requisitos exigidos para a participação no concurso público, entregando:

- carteira de trabalho;
- certidão de nascimento ou casamento (com as respectivas averbações, se for o caso);
- certificado de reserva ou de dispensa de incorporação, para os candidatos do sexo masculino, observado o disposto no artigo 210, do Decreto nº 57.654, de 20/01/1966;
- título de Eleitor, com o comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
- cédula de identidade - RG;
- Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- documento de inscrição no PIS ou PASEP (se houver);
- cópia da última declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, acompanhada do respectivo recibo de entrega e das atualizações e/ou complementações ou, no caso de o nomeado não ser declarante, apresentação de declaração de bens e valores firmada por ele próprio, nos termos da Lei nº 8.730, de 11/10/1993, Lei nº 8.429, de 02/06/1992 e Instrução Normativa do TCU nº 05, de 10/03/1994 e do Decreto Estadual nº 41.865, de 16/06/1997, com as alterações do Decreto nº 54.264, de 23/04/2009;
- declaração de acumulação de cargo, função-atividade, emprego público ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa;
- declaração firmada pelo admitido de que percebe (ou não) proventos de inatividade, seja pela União, por Estado ou por Município;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes;
- comprovante de endereço (contas de consumo); e
- comprovantes de que possui a formação e os pré-requisitos necessários para preencher a função-atividade, conforme mencionado no Anexo II.

4.1 - Outros documentos poderão ser exigidos, além dos já relacionados.

5 - Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias ou xerocópias não autenticadas, exceto quando o candidato admitido apresentar os originais no ato da entrega dos documentos, para devida verificação do servidor público que receberão a documentação, conforme regulamenta o Decreto nº 52.658, de 23/01/2008.

6 - O candidato que não apresentar os documentos comprobatórios solicitados na admissão dentro do prazo previsto será eliminado do concurso público, mediante publicação em Diário Oficial do Estado, conforme determina o item 3 do Capítulo II deste edital.

7 - A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos até a data da admissão ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e a anulação de todos os atos daí decorrentes, ainda que já tenha sido publicado o edital de homologação do concurso, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

8 - O candidato aprovado no Concurso Público poderá desistir do respectivo certame definitivamente, mediante declaração a ser preenchida e entregue no Setor de Admissão do Núcleo de Gestão de Pessoas do HCFMUSP até o dia útil anterior à data da admissão.

9 - No caso de desistência formal da admissão, prosseguir-se-á a admissão dos demais candidatos habilitados, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

10 - O candidato que não iniciar o exercício da função na data fixada, e não justificar a ausência em 02(dois) dias úteis será considerado desistente do concurso público.

11 - Serão indeferidas as solicitações de transferência por parte dos servidores admitidos. Eventuais transferências de áreas só ocorrerão por interesse e manifestação da Diretoria Clínica.

12 - Os candidatos que já exercem cargo ou função no serviço público em geral poderão ser contratados após consulta ao Grupo de Análise de Acumulação de Cargos do HCFMUSP e publicação de Parecer favorável deste Grupo no Diário Oficial do Estado.

XVI - Das disposições finais

1 - O ato de inscrição do candidato presume o inteiro conhecimento das regras contidas neste edital, nas instruções especiais e nos demais atos e normas regulamentares, importando na expressa aceitação das normas e condições do concurso público.

2 - O candidato tem por responsabilidade acompanhar, por meio do Diário Oficial do Estado, as publicações dos editais referentes ao concurso público, não sendo aceita a alegação de desconhecimento das normas do certame.

2.1 - A comunicação por outras formas (e-mail, telegrama, ligação telefônica), quando ocorrer, será mera cortesia do HCFMUSP.

2.2 - O HCFMUSP não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- endereço eletrônico (e-mail) não informado na ficha de inscrição;
- endereço eletrônico informado que esteja incompleto, incorreto ou não atualizado pelo candidato;
- problemas no provedor de acesso do candidato, como caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica;
- endereço residencial informado que esteja incompleto, incorreto ou não atualizado pelo candidato;
- endereço de difícil acesso;
- correspondência recebida por terceiros; e
- devolução ou possíveis falhas nas entregas de correspondências, por parte da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

3 - Não será fornecida informação via telefone no que tange a resultados de notas de provas e títulos e classificação final.

4 - A inexistência das declarações ou irregularidades de documentações, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

5 - Todas as convocações, avisos e resultados serão publicados no Diário Oficial do Estado.

6 - O HCFMUSP e o INSTITUTO QUADRIX não se responsabilizam por apostilas, cursos ou quaisquer outras publicações ou divulgações referentes a este certame.

7 - Os itens deste edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumadas as providências ou eventos referentes a eles, circunstâncias que serão mencionadas em editais ou avisos a serem publicados no Diário Oficial do Estado e, quando for o caso, no Portal de Concursos Públicos do Estado.

8 - As alterações, atualizações ou correções dos dados cadastrais apontados na ficha de inscrição, após a homologação do concurso, deverão ser comunicadas pessoalmente pelo candidato ao SETOR DE ADMISSÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS DO HCFMUSP.

8.1 - Não caberá ao candidato qualquer reclamação caso não seja possível convocá-lo por falta de atualização cadastral.

9 - O gabarito oficial, se prova com teste de múltipla escolha, será divulgado juntamente com o resultado da prova, em atendimento à Lei nº 10.870, de 10/09/2001.

10 - As publicações das etapas do certame em Diário Oficial do Estado terão caráter oficial para fim de comprovação de habilitação em concurso.

11 - O período de validade do concurso não gera para o HCFMUSP a obrigatoriedade de aproveitar os candidatos habilitados, além das vagas oferecidas no presente edital.

11.1 - A aprovação em classificação superior ao número de vagas gera, para o candidato, apenas a expectativa de direito à admissão, durante a vigência do presente concurso público, dependendo dos interesses da Administração Pública.

12 - As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concursos Públicos.

ANEXO I

Função-Atividade

Função-Atividade: MÉDICO I

Área de Atuação: Centro de Investigação Translacional em Oncologia – Laboratório de Investigação Médica 24 – Lim 24

Lei complementar que regulamenta a função-atividade de MÉDICO I – Lei Complementar no. 1.193 de 2013, alterada pela Lei Complementar no. 1.239 de 07/04/2014.

Jornada de trabalho: 20 (vinte) horas semanais.

Número de vagas: 01 (uma) função-atividade.

Valor da taxa de inscrição: R\$ 82,73(oitenta e dois reais e setenta e três centavos)

COMPOSIÇÃO SALARIAL INICIAL

Remuneração Total: R\$ 4.325,00 (quatro mil trezentos e vinte e cinco reais), conforme legislação vigente, composto por: Salário base: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais); Gratificação Executiva: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) e Prêmio de Produtividade Médica(*) de 50%: R\$ 1.675,00 (um mil seiscentos e setenta e cinco reais)

(*) O Prêmio de Produtividade Médica – PPM, inicialmente, corresponderá a 50% (cinquenta por cento) dos coeficientes fixados no sub anexo 1 do Anexo II instituído pela LC nº. 1.193/2013 alterada pela LC nº. 1.239/2014 e, de acordo com a avaliação feita pela Chefia.

O Prêmio de Produtividade Médica – PPM, poderá variar entre 50% (cinquenta por cento), 80% (oitenta por cento) ou 100% (cem por cento) do VALOR TOTAL DE R\$ 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais), nos termos da legislação vigente.

BENEFÍCIOS

1. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO – os servidores poderão optar entre o Auxílio Alimentação e o Vale Refeição;

2. VALE TRANSPORTE – opcional e corresponde ao deslocamento residência-trabalho e vice-versa nos moldes da Lei no. 7418/85, regulamentada pelo Decreto no. 95247/87;

3. CRECHE PARA OS FILHOS DOS SERVIDORES – mediante disponibilidade de vaga e avaliação, dando preferência às mães com filhos em idade de amamentação.

ANEXO II

Pré-requisitos, perfil profissional, atribuições, conteúdo programático e especificação da Prova

1. - PRÉ-REQUISITOS:

- DIPLOMA DE GRADUAÇÃO DE MÉDICO, expedido por escola oficial ou reconhecida;

- CÉDULA DE IDENTIDADE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA – CRM OU DA FRANQUIA PROVISÓRIA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE;

- 03 (três) anos de Residência Médica em PATOLOGIA e Título de Especialista em PATOLOGIA

2. - PERFIL PROFISSIONAL DESEJADO (CARACTERÍSTICAS E HABILIDADES):

- Organização e comprometimento com prazos estabelecidos

- Senso de prioridade

- Habilidade de trabalho em equipe

- Comprometimento: engajamento com os objetivos do trabalho que realiza e ser capaz de traçar estratégias para atendê-las bem como aperfeiçoá-las

- Desenvolver o trabalho de forma harmônica, sinérgica e solidária com os demais profissionais da área

- Dedicação, pro-atividade, inovação e adaptabilidade dinâmico no desenvolvimento das tarefas

- Assertividade nas resoluções

- Flexibilidade em relação ao novo

- Capacidade de inovar e socializar o conhecimento e a experiência profissional

- Comunicar-se de maneira eficaz e eficiente

3. - REQUISITOS DESEJÁVEIS

- Experiência e aptidão em pesquisa científica usando como instrumento o diagnóstico anátomo-patológico

- Prática de análise anátomo-patológico

- Experiência na utilização de softwares de análise estatística

- Inglês fluente ou avançado

4. - ATRIBUIÇÕES:

- Análise de espécimes anátomo-patológicos

- Diagnóstico Histopatológico e Imunoistoquímico de neoplasias

- Organização de coleções de espécimes vinculados ao Biobanco

- Conseqüência de arranjos teciduais (tissue microarrays)

- Quantificação de variáveis microambientais tumorais

5. - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

CONHECIMENTOS BÁSICOS:

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO/PORTUGUÊS: Compreensão e interpretação de textos, com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Coesão e coerência. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase.

arquivos, pastas e programas. Segurança da informação: procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispamware etc.). Procedimentos de backup.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

- Patologia Geral e Diagnóstico Anátomo-patológico de Tumores

- Biologia Molecular do Câncer

6. - BIBLIOGRAFIA:

1. - ROBBINS E COTRAN – PATOLOGIA – BASES PATOLÓGICAS DAS DOENÇAS – 09 ED; Autor: KUMAR/ABRAS/ASTER; Editora: ELSEVIER – MEDICINA; Edição: 9; Ano 2016

2. - Chammaz, Roger/Saito, Renata de Freitas/Lana, Marlous V.G./Medrano, Ruan F.V.

FUNDAMENTOS DE ONCOLOGIA MOLECULAR; Editora Atheneu

3. - Katz/Gehm Hoff, Paulo Marcelo/Chammaz, Roger/Novis, Yana/Odoni Filho, Vicente;

TRATADO DE ONCOLOGIA – 2 Volumes; Editora Atheneu

7. - ESPECIFICAÇÃO DAS PROVAS:

a) - PROVA ESCRITA (dissertativa/objetiva) – constará de: 05 (cinco) questões dissertativas sobre CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – valendo 10 pontos cada

50 (cinquenta) testes de múltipla escolha – valendo 1 ponto cada, abrangendo questões de:

- Conhecimentos Específicos

- Interpretação de texto – 3 questões

- Noções Básicas de Informática – 2 questões

- Noções de Administração Pública – 5 questões

b) - ESTUDO DE CASO (DISSERTATIVO) – constará de 4 (quatro) questões na forma de estudo de caso.

Os itens avaliados serão:

a) - Compreensão dos casos estudados – valendo 5 pontos

b) - Avaliação diagnóstica dos casos – valendo 10 pontos

c) - Associação de pesquisas científicas reais e vigentes ao tratamento do caso estudado – valendo 25 pontos

d) - Elaboração de um escopo de projeto científico como proposta do tratamento da doença do caso estudado ou do aprimoramento de seu diagnóstico. O escopo de cada estudo de caso conter – valendo 60 pontos:

a. - Informações prévias sobre a doença diagnosticada no estudo

b. - Elaboração da hipótese do escopo do projeto científico

c. - Justificativa do conceito do escopo do projeto científico

d. - Delimitação experimental para prova do conceito e comprovação da hipótese

e. - Descrição sucinta dos resultados esperados

f. - Breve discussão dos resultados que poderiam ser encontrados bem como sua justificativa.

8. CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS

PROVA ESCRITA (dissertativa e objetiva)

Data: 19 de outubro de 2017 às 13 horas

Local: Instituto do Câncer do Estado de São Paulo - SALA 01 (PORTA 20) - 3º SUBSOLO

Av Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César – São Paulo - SP

ESTUDO DE CASO

Data: 20 de outubro de 2017 às 13 horas

Local: Instituto do Câncer do Estado de São Paulo - SALA 01 (PORTA 21 e 22) - 3º SUBSOLO

Av Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César – São Paulo - SP

O CURRÍCULO VITAE E DOCUMENTAÇÃO (FOTOCÓPIAS DOS DOCUMENTOS) DEVERÃO SER ENTREGUES pelos candidatos à Banca Examinadora no DIA DA PROVA ESCRITA, em envelope fechado e identificado externamente.

OS CANDIDATOS DEVERÃO COMPARECER AO LOCAL DAS PROVAS, PELO MENOS 30(trinta) MINUTOS ANTES DO HORÁRIO DETERMINADO, MUNIDOS DE UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, entre outros); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159º da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 1997).

Aos candidatos, não será permitido durante a realização das provas o uso de: bip, telefone celular, tablets, iPods®, walkman, pen drive, agenda eletrônica, mp3 player ou similar, notebook, palmtop, receptor ou transmissor de dados, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, que cubra as orelhas do candidato.

Será excluído do certame o candidato que durante a realização das provas for surpreendido em comunicação com outro, verbalmente ou por qualquer outra forma, bem como utilizando-se de livros ou apontamentos e impressos.

NÃO HAVERÁ SEGUNDA CHAMADA OU REPETIÇÃO DE PROVAS, SEJA QUAL FOR O MOTIVO ALEGADO PARA JUSTIFICAR O ATRASO OU A AUSÊNCIA DO CANDIDATO.

ANEXO III

Dos Títulos

Pontuação máxima de 30 pontos

A análise dos títulos é composta por pontuação de títulos relacionados à formação e experiência profissional do candidato. Não serão aceitos títulos que não guardem relação com as atribuições da função-atividade em disputa.

ESQUEMA DE VALORIZAÇÃO DOS TÍTULOS:

1. - Títulos Acadêmicos:

- se título máximo for mestrado - 2 pontos – máximo 2 pontos

- se título máximo for doutorado - 6 pontos – máximo 6 pontos

- se título máximo for livre-docência - 10 pontos – máximo 10 pontos

2. - Trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional com arbitragem indexados em base internacional (ISI ou Scopus), com fator de impacto > 1,9 (um e nove décimos), como primeiro – autor, autor correspondente ou autor sênior: 2 pontos/artigo (pontuação máxima - 10 pontos).

3. - Trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional com arbitragem indexados em base internacional (ISI ou Scopus), com fator de impacto > 1,9 (um e nove décimos), como co-autor: 1 ponto/artigo (pontuação máxima - 5 pontos).

4. - Número de citações de artigos publicados nos últimos dez anos, 0,02 pontos por citação em ISI - pontuação máxima 5 pontos.

ANEXO IV

Declaração para tratamento nominal

Os campos deverão ser preenchidos pelo Candidato, conforme Decreto nº 55.588 de 17/03/2010 (tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo)

Concurso Público - Edital HCFMUSP nº. 12/2017-CCP

DECLARAÇÃO PARA TRATAMENTO NOMINAL (DECRETO Nº 55.588, DE 17/03/10)

Eu, _____,

(nome que consta no RG)

CPF nº _____ / RG nº _____ / UF emissor: _____,

declaro, nos termos do Artigo 2º, do Decreto nº 55.588, de 17/03/10, que sou identificad(a), reconhecida(o) e denominada(o) em minha inserção social pelo prenome de _____,

de modo que solicito a inclusão e uso deste

nome social em todas as fases do concurso público/processo seletivo simplificado para o qual estou me candidatando, conforme ficha de inscrição anexa, devendo ser o único prenome a constar em toda e qualquer publicação referente a este certame. (Cidade/UF) _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Ao assinar este requerimento, o(a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação.

As informações aqui prestadas, são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que poderá responder judicialmente em caso de apresentação de dados comprovadamente falsos.

Esse requerimento deverá ser enviado para o endereço eletrônico contato@quadrix.org.br até as 18 horas do último dia de inscrições do concurso. Não serão consideradas solicitações extemporâneas.

ANEXO V

Das condições específicas e ajudas técnicas disponíveis aos candidatos com deficiência

As seguintes condições específicas e ajudas técnicas poderão ser disponibilizadas aos candidatos com deficiência, na medida da sua necessidade, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

Ao candidato com deficiência visual:

- Prova impressa em Braille;

- Prova impressa em caracteres ampliados, indicando o tamanho da fonte;

- Fiscal Ledor, com leitura fluente, devendo, nesta situação, a prova ser gravada em áudio;

- Utilização de computador com software de leitura de tela e ou ampliação de tela, devendo o candidato indicar um dentre os relacionados a seguir:

* Lente de aumento do Windows (ampliação);

* Narrador do Windows (leitor de tela).

Ao candidato com deficiência auditiva:

- Fiscal Intérprete de LIBRAS, nos termos da Lei nº 12.319, de 01/09/2010, nos casos de prova oral, devendo, neste caso, a prova ser gravada em vídeo. No caso de impossibilidade da gravação, esta deverá ser justificada pela Comissão de Concursos Públicos;

- Autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação da Comissão de Concursos Públicos, com a finalidade de garantir a lisura do concurso.

Ao candidato com deficiência física:

- Mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova;

- Designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova e transcrição das respostas;

- Facilidade de acesso às salas de provas e às demais instalações relacionadas ao certame.

ANEXO VI

Requerimento de isenção/redução de taxa de inscrição Concurso Público - Edital HCFMUSP nº. 12/2017-CCP

Nome completo: _____

CPF nº _____, RG nº _____, UF emissor: _____, Data de nascimento: _____,

Função-Atividade: _____

Endereço: _____

Número: _____ Complemento: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____

Telefone: (____) _____

Celular: (____) _____

E-mail: _____

Declaro que me enquadro na situação a seguir: Lei Estadual nº 12.147/05 / Lei Estadual nº 12.782/07

(Cidade/UF) _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) Candidato(a)

A documentação necessária para a solicitação da isenção/redução da taxa de inscrição deve ser entregue no período de 12 a 13/09/2017, de acordo com informações dispostas no item 14 ou no item 15 do Capítulo III.

Ao assinar este requerimento, o(a) candidato(a) declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação, por ocasião da realização da análise documental comprobatória.

As informações aqui prestadas, bem como a documentação que deverá acompanhar esta declaração, são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que poderá responder judicialmente em caso de apresentação de dados comprovadamente falsos.

PROTÓCOLO DE ENTREGA PRESENCIAL (via do candidato)

Atestamos que recebemos a documentação, do candidato relacionado abaixo, referente à SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO/REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público - Edital HCFMUSP nº. 12/2017-CCP.

É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento do requerimento de entrega e a conferência dos documentos.

Nome do candidato: _____

CPF do candidato: - Data de entrega: ____ / ____ / ____

Nome do receptor: _____

Assinatura do receptor: _____

ANEXO VII

Do Cronograma

* Dados prováveis de realização. Qualquer alteração no cronograma será divulgada por meio de comunicado oficial no endereço eletrônico <http://www.quadrix.org.br>

ITEM - ATIVIDADE - DATAS PROVÁVEIS *

01 - Publicação do edital normativo - 07/09/2017

02 - Período de inscrições - 12/09/2017 a 01/10/2017

03 - Período para solicitação de isenção/redução de taxas de inscrição - 12/09/2017 a 13/09/2017

04 - Período para solicitação de candidatos com deficiência/atendimento especial - 12/09/2017 a 01/10/2017

05 - Publicação do resultado preliminar da análise das solicitações de isenção/redução de taxa de inscrição - 22/09/2017

06 - Prazo para interposição de recurso contra o resultado das solicitações de isenção/redução de taxa de inscrição - 25/09/2017 a 27/09/2017

07 - Publicação do resultado definitivo da análise das solicitações de isenção/redução de taxa de inscrição - 29/09/2017

08 - Último dia para pagamento da taxa de inscrição - 02/10/2017

09 - Publicação do resultado preliminar da análise das solicitações de candidatos com deficiência/atendimento especial - 03/10/2017

10 - Prazo para interposição de recurso contra o resultado das solicitações de candidatos com deficiência/atendimento especial - 04/10 a 06/10/2017

11 - Publicação dos editais de locais de Prova Escrita / Estudo de Caso/ inscrições homologadas / candidatos com deficiência – deferidos e indeferidos / solicitação de atendimentos especiais – deferidas e indeferidas - 11/10/2017

12 - Disponibilização do comprovante de inscrição no site oficial do INSTITUTO QUADRIX - 11/10/2017

13 - Aplicação das Provas Escrita, Estudo de Caso e Entrega e Análise dos Títulos - 19/10 e 20/10/2017

14 - Prazo para interposição de recurso contra a aplicação das Provas - 23/10 a 25/10/2017

15 - DATA PREVISTA para Publicação do Resultado das Provas Escrita e Estudo de Caso e Títulos - 07/11/2017

16 - PRAZO PREVISTO para interposição de revisão de notas contra a Prova Escrita, Estudo de Caso e Títulos - 08/11/2017 a 10/11/2017

17 - DATA PREVISTA para Publicação do Resultado Final - 17/11/2017

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO

EDITAL HCRP N.º 9/2016

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CONVOCAÇÃO

O Órgão Setorial de Recursos Humanos do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, pela presente, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, para manifestarem anuência sobre sua admissão, na data, horário e local especificado:

NOME - Classificação

Vanilda da Silva - 256º

Jesiel Barbosa da Fonseca - 257º

Data - : 12/09/2017

Horário - : 09h 30min

Local - : Serviço de Seleção e Desenvolvimento do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - Campus Universitário s/n - Monte Alegre - Ribeirão Preto - SP

Comparecer munido dos originais dos seguintes documentos:

• - RG;

• - CPF;

• - Comprovante da escolaridade exigida para o exercício da função;

• - Carteira de trabalho. Caso possua mais de uma carteira de trabalho, apresentar todas.

• - Cartão de Vacina. Caso possua mais de um, apresentar todos.

O não comparecimento na data, horário e local acima estipulados implicará como desistência.

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170714863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROJETOS SUPLENTE SEDIADOS NA CAPITAL E FORA DA CAPITAL

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto - Associação de Amigos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

----- - Não houve projeto classificado - -----

PROTÓCOLO - PROJETO - PROPONENTE - CIDADE DO PROPONENTE - GRUPO REPRESENTADO

20170814863677 - Preservação dos livros do Cemitério da Saudade sob a custódia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, São Paulo - Associação de Amigos do Ar